

CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DIRETA DA COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM INFANTIL

DEVELOPMENT OF A DIRECT ASSESSMENT INSTRUMENT FOR CHILDHOOD COMMUNICATION AND LANGUAGE

Ana Carolina Vieira Fateixa¹, Anna Luiza Fernandes de Souza², Lívia Wenischenck Bráz³, Francisco Atla Cavalcante⁴, Matheus Silva Prenassi⁵, Mônia Aparecida da Silva⁶

¹Mestre. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais – Brasil.
Contato: carolfateixa.cf@gmail.com

²Mestranda. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais – Brasil.
Contato: annafersouza@gmail.com

³Graduada. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais – Brasil.
Contato: liviawenischenck2504@gmail.com

⁴Graduando. Ilustrador.
Contato: atlacavalcante@gmail.com

⁵Doutorando. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais – Brasil.
Contato: psi.matheusprenassi@gmail.com

⁶Doutora. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais – Brasil.
Contato: monia@ufsj.edu.br

Editor-associado: Bruna Cristina Müller Vieira

Recebido em: 17/04/2025

Aceito em: 26/02/2026

Publicado em: 21/08/2026

Citar: Fateixa, A. C. V., Souza, A. L. F. de, Bráz, L. W., Cavalcante, F. A., Prenassi, M. S., & Silva, M. A. da. Construção de um instrumento de avaliação direta da comunicação e linguagem infantil. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 14(1), 253-273.

Resumo

Este estudo teve como objetivo construir tarefas de avaliação direta para a Comunicação e Linguagem (CL) infantil, fundamentadas nos itens do Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI). O estudo seguiu um processo rigoroso de construção de instrumentos, que iniciou com a operacionalização dos itens do IDADI em tarefas de avaliação direta da criança. Foram desenvolvidas 119 tarefas (62 de CL expressiva e 57 de CL receptiva), organizadas em um livro de estímulos. A análise de juízas foi realizada para a avaliação teórica e de aplicação prática das tarefas. Participaram quatro fonoaudiólogas especialistas em desenvolvimento infantil. Mudanças nas instruções aos profissionais e comandos à criança, nos estímulos utilizados, critérios de pontuação, dentre outras, foram realizadas para aprimoramento. Estudos futuros serão realizados para aprimorar e investigar parâmetros psicométricos do instrumento. Considerando a carência de instrumentos de avaliação direta no Brasil, o IDADI-Tarefas apresenta-se como um teste com um potencial promissor.

Palavras-chave: comunicação e linguagem; avaliação; instrumentos; infância.

Abstract

This study aimed to develop direct assessment tasks for childhood communication and language (CL) based on the items from the *Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil* (IDADI). The study followed a rigorous development process, beginning with the operationalization of IDADI items into direct assessment tasks for children. A total of 119 tasks were developed, including 62 for expressive CL and 57 for receptive CL, organized into a stimulus book. A panel of judges conducted theoretical and practical evaluations of the tasks, involving the collaboration of four experts in child development. Modifications were made to improve the instrument, including adjustments to professional instructions, child commands, stimuli used, scoring criteria, and other elements. Future studies will be conducted to refine and investigate the psychometric properties of the instrument. Given the scarcity of direct assessment tools in Brazil, the IDADI-Tasks instrument emerges as a promising tool with substantial potential for assessing childhood CL.

Keywords: communication and language; assessment; tools; childhood.

Introdução

A avaliação precoce do desenvolvimento infantil é uma medida fundamental para o acompanhamento dos marcos desenvolvimentais e identificação de possíveis atrasos que podem sinalizar transtornos e prejuízos significativos na vida acadêmica, pessoal e social do indivíduo (American Psychiatric Association [APA], 2022). Durante um processo avaliativo, o uso de instrumentos fornece dados objetivos que auxiliam na detecção de atrasos e na elaboração de planos de intervenção (Lipkin et al., 2020). No entanto, o Brasil apresenta uma significativa carência de instrumentos culturalmente adaptados e com padrões normativos específicos para a população, que possam avaliar de maneira abrangente o desenvolvimento infantil, especialmente entre crianças na primeira infância (Albuquerque & Cunha, 2020). A escassez de instrumentos normatizados e adaptados ao contexto brasileiro demonstra a urgência de iniciativas para desenvolver testes de avaliação direta, considerando que a falta de monitoramento pode resultar na detecção tardia de transtornos, dificultando intervenções precoces (Zeppone et al., 2012).

Os métodos utilizados para a avaliação do desenvolvimento infantil incluem principalmente instrumentos baseados no relato parental ou avaliações diretas realizadas por profissionais. Os instrumentos de relato parental, como questionários e escalas, são de baixo custo e acessíveis, pois se baseiam no conhecimento cotidiano dos cuidadores sobre a criança (Albuquerque & Cunha, 2020), permitindo obter informações sobre o comportamento e o desenvolvimento em contextos familiares (Miller, 2017). Ainda, possibilitam a identificação de padrões ao longo do tempo, oferecendo uma visão da evolução da criança. No entanto, uma limitação importante desse método na avaliação do desenvolvimento é o risco de vieses na percepção dos cuidadores, que podem tanto superestimar quanto subestimar as reais capacidades das crianças. Além disso, diferentes percepções e expectativas dos pais podem afetar suas respostas, influenciadas por experiências pessoais e níveis de estresse, o que pode interferir na precisão das avaliações (Silva, 2020). Essas limitações ressaltam a importância de complementar os relatos parentais com outras formas de avaliação, como mensurações diretas, realizadas por profissionais, para obter uma compreensão mais completa do desenvolvimento. Esse método oferece maior objetividade e precisão, pois o profissional pode observar e medir o desempenho da criança com base em parâmetros padronizados e conhecimentos técnicos sobre o desenvolvimento (Albuquerque & Cunha, 2020).

A aplicação de instrumentos por profissionais treinados, como psicólogos, é essencial para uma avaliação precisa do desenvolvimento infantil. Instrumentos de avaliação direta permitem uma observação mais objetiva e menos sujeita a vieses, fundamentando-se em normas e padrões ajustados à faixa etária da criança. Todavia, no contexto brasileiro, as opções de avaliação direta do desenvolvimento infantil em múltiplos domínios são limitadas, destacando-se a *Bayley Scales of Infant*

and Toddler Development – 3ª Edição (BSID-3; Bayley, 2018) e o Teste de Triagem de Desenvolvimento Denver II (Frankenburg et al., 2018). A BSID-3 foi traduzida e validada para o Brasil (Madaschi et al., 2016) e é utilizada em vários países, em contextos clínicos e de pesquisa. No entanto, suas normas para o contexto brasileiro baseiam-se em critérios norte-americanos, o que pode gerar discrepâncias ao considerar as especificidades culturais e socioeconômicas das crianças brasileiras. De forma semelhante, o Denver II possui evidências de validade para uso com crianças brasileiras e é frequentemente utilizado para rastrear o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. Apesar disso, sua interpretação também se baseia em normas americanas, limitando sua aplicabilidade em alguns contextos e comprometendo a representatividade dos resultados para a realidade brasileira. Esses aspectos ressaltam a necessidade de instrumentos de avaliação direta que sejam desenvolvidos para atender às particularidades das crianças no Brasil, ampliando a precisão e a utilidade das avaliações.

Para contribuir com a avaliação na primeira infância no Brasil, foi desenvolvido o Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI), um instrumento padronizado que permite uma avaliação ampla de crianças dos quatro aos 72 meses em múltiplos aspectos do desenvolvimento, incluindo os domínios cognitivo (COG), comunicação e linguagem expressiva (CLE) e receptiva (CLR), motricidade ampla (MA) e fina (MF), socioemocional e comportamento adaptativo (Silva et al., 2020). Originalmente, o IDADI foi projetado para ser aplicado por meio do relato parental. Contudo, é recomendada a utilização de múltiplas técnicas de informação sobre o desenvolvimento infantil para uma análise abrangente (Miller et al., 2017). Assim, foi iniciado, em 2018, o projeto “Construção de Tarefas para Avaliação Direta da Criança a partir do Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI)”. Esse visa desenvolver o IDADI-Tarefas, uma versão estruturada de avaliação direta que expande o uso do IDADI, incorporando tarefas de desempenho específicas e adaptadas para os domínios COG, CLE e CLR, e MA e MF. O objetivo do instrumento é permitir uma observação direta e objetiva do comportamento e desempenho infantil, possibilitando uma avaliação infantil em múltiplos domínios.

O objetivo do presente estudo foi contribuir com a construção do IDADI-Tarefas, com foco exclusivo no desenvolvimento de tarefas dos domínios CLE e CLR. A CLE refere-se às habilidades da criança em usar unidades de significado da língua falada para se expressar verbalmente, transmitir informações e dar instruções necessárias à interação social, além de englobar o uso de gestos e expressões não verbais com fins comunicativos. Por outro lado, a CLR envolve a compreensão dessas unidades de significado da língua falada, como palavras, frases e expressões verbais e não verbais, incluindo a interpretação de diferentes tons de voz e o reconhecimento de gestos (Silva et al., 2020). As habilidades de comunicação e linguagem começam a se desenvolver desde o nascimento e são essenciais para a autoexpressão, bem-estar, identidade e interações sociais. Além disso, são

fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, sendo estes domínios essenciais na investigação do desenvolvimento nos primeiros anos (Verdon et al., 2018).

A construção das tarefas propõe o seguimento de diretrizes metodológicas recomendadas pela literatura sobre desenvolvimento de instrumentos psicométricos, baseando-se especialmente na *American Educational Research Association*, *American Psychological Association* e *National Council on Measurement in Education* (AERA, APA, & NCME, 2014), DeVellis (2016) e Pasquali (2010). Como não foram encontradas diretrizes específicas para construção de tarefas, foram adaptadas as orientações desses autores para a construção do IDADI-Tarefas. A construção de um instrumento envolve a fase relacionada às evidências de validade de conteúdo, que engloba uma análise sistemática do conteúdo do teste, com o objetivo de verificar se os itens representam uma amostra adequada dos comportamentos a serem medidos (Roebianto et al., 2023). Considerando o exposto, o objetivo deste estudo foi elaborar tarefas baseadas nos itens de CLE e CLR da versão de relato parental do IDADI, bem como testar sua adequação teórica e prática com o auxílio de juízas especialistas, incorporando-se posteriormente, quando pertinente, as sugestões por elas oferecidas à equipe de pesquisa.. A relevância desse estudo se dá em função da importância dos domínios de CLE e CLR na infância e a necessidade de instrumentos específicos de avaliação clínica do desenvolvimento na primeira infância para o contexto brasileiro.

Método

Delineamento

Este estudo configurou-se como uma pesquisa de desenvolvimento, que tem dentre os objetivos criar um instrumento de medida (Contandriopoulos et al., 1994). Utilizaram-se métodos mistos de pesquisa, abrangendo abordagens quantitativas e qualitativas.

A abordagem quantitativa foi empregada para mensurar o coeficiente de validade de conteúdo (CVC), ou seja, o acordo entre os juízes sobre a qualidade das tarefas. Já a abordagem qualitativa foi utilizada no processo de construção das tarefas, na realização de ajustes com base nas análises das juízas e na investigação de detalhes relevantes para seu aprimoramento. A integração dos dois métodos permitiu tanto avaliar a qualidade das tarefas, quanto promover aprimoramentos fundamentados nas informações coletadas.

Procedimento

A primeira fase da pesquisa envolveu a sistematização, análise e transformação dos itens da versão de relato parental do IDADI, que discriminam habilidades de desenvolvimento da comunicação e linguagem em tarefas de avaliação direta. A equipe de pesquisa, composta por oito membros, avaliou qualitativamente os itens do IDADI tanto do ponto de vista prático quanto teórico. Para que um item

fosse transformado em tarefa, ele precisava ser passível de operacionalização e realização pela criança no contexto clínico. Além disso, cada item foi revisado em termos de gramática, ilustrações e materiais utilizados, garantindo sua aplicabilidade prática e facilitando a compreensão pelo público-alvo. Como resultado, alguns itens do inventário foram convertidos em tarefas, enquanto outros foram descartados por não serem passíveis de aplicação em contexto clínico. Além da versão de relato do IDADI, a seleção dos itens para composição das tarefas também se baseou no banco de dados original utilizado na construção do instrumento, o qual contém os itens de CLE e CLR inadequados para avaliação via observação de cuidadores. Desse modo, foi possível a inclusão de itens ausentes na versão de relato do IDADI, mas potencialmente aplicáveis por profissionais em contexto clínico, no formato de tarefa.

Para compilar os itens selecionados, foi elaborado um livro de estímulos, com a ajuda de um desenhista integrante da equipe do projeto, contendo desenhos que consideram o contexto brasileiro. A proposta inclui também a utilização de materiais específicos para avaliar os domínios de comunicação e linguagem, como, papel, lápis, bonecos e blocos, e tarefas de observação. Algumas tarefas serão avaliadas com o livro de histórias “O Macaco e o Passarinho” criado pelo grupo e revisado por um especialista com formação em práticas de leitura com crianças e desenvolvimento infantil. Esses materiais, desenhos e livro de histórias foram selecionados para proporcionar uma avaliação mais contextualizada das habilidades das crianças brasileiras. As tarefas foram divididas por faixas etárias, uma vez que, para cada etapa do desenvolvimento existe um intervalo etário esperado para a aquisição de habilidades específicas. Esta divisão foi baseada tanto nas idades da versão de relato parental do IDADI quanto em outros instrumentos que avaliam a comunicação e a linguagem.

Após a elaboração preliminar das tarefas, elas foram submetidas à revisão de quatro juízas especialistas em desenvolvimento da comunicação e linguagem. As profissionais foram selecionadas por conveniência e convidadas pelos autores deste estudo. Elas atenderam aos seguintes critérios de inclusão: a) possuíam no mínimo uma especialização em cursos da área da saúde ou educação, com foco no desenvolvimento da comunicação e linguagem; b) tinham experiência prática ou em pesquisa em áreas relevantes para a avaliação e adequação das tarefas; e c) possuíam no mínimo cinco anos de experiência clínica com crianças. Elas receberam as tarefas online, por meio de formulários do Google Forms, e tiveram um prazo de dois meses para avaliar as tarefas.

As juízas que participaram da avaliação dos itens deste estudo eram fonoaudiólogas, atuando em áreas como: fonoaudiologia clínica, estimulação precoce ou desenvolvimento da fala e linguagem infantil. Além disso, a média de experiência delas era de 12,25 anos (DP = 5,93). As juízas avaliaram cada tarefa quanto aos seguintes critérios: a) pertinência teórica, verificando se o item se encaixava no domínio teórico indicado; b) adequação do estímulo e/ou procedimento de aplicação, avaliando se

o item, incluindo suas instruções, desenhos e materiais era apropriado para a faixa etária e nível de desenvolvimento da criança avaliada; c) clareza do item, ou seja, se sua operacionalização era clara e compreensível para o público-alvo (crianças de quatro a 72 meses) na faixa etária indicada na tarefa; e d) aplicabilidade prática, considerando se o item poderia ser aplicado no ambiente de consultório. As juízas forneceram pontuações sobre cada critério por item e fizeram sugestões qualitativas de modificação, incluindo espaço para comentários ao final de cada item. A sugestão de inclusão ou exclusão de itens, quando necessária, também poderia ser realizada após avaliação de todo o instrumento, em um espaço destinado a comentários ao final de cada domínio.

Instrumentos e materiais

Três instrumentos foram utilizados nesta pesquisa: o IDADI, um questionário sociodemográfico e de características das juízas e a versão preliminar do IDADI-Tarefas.

Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI): Utilizado como fonte de dados para a elaboração das tarefas. Ele consiste em um inventário multidimensional, de relato parental, que avalia o desenvolvimento infantil dos quatro aos 72 meses. Foi desenvolvido por Silva et al., (2020) e publicado pela Editora Vetor. É formado por 435 itens que avaliam aspectos do desenvolvimento nos domínios Cognitivo, CLE e CLR, MF e MF, Socioemocional e Comportamento Adaptativo.

Questionário Sociodemográfico: Elaborado pela equipe de pesquisa para ser utilizado na construção dos domínios do IDADI Tarefas visando obter informações sobre as juízas. Os dados coletados incluíram informações sobre a titulação, curso, área de atuação e tempo de formação acadêmica das participantes.

Versão preliminar do IDADI-Tarefas: Inclui um livro de estímulos que contém as instruções de aplicação das tarefas ao profissional e os estímulos a serem apresentados à criança, envolvendo materiais acessíveis e de baixo custo, com o objetivo de facilitar a reprodução futura do instrumento, tais como: bola, chocalho, mordedor, livro e outros.

Análise de dados

As avaliações realizadas pelas juízas foram organizadas em uma planilha e analisadas pela equipe de pesquisa por meio de abordagens quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa envolveu o cálculo do CVC para cada item. Esse índice varia de 0 a 1, sendo que valores iguais ou superiores a 0,80 indicam uma qualidade adequada do item (Hernández-Nieto, 2002). Para cada item, foram gerados quatro índices específicos de validade de conteúdo, baseados nos critérios supracitados: pertinência teórica, adequação do estímulo, clareza do item e aplicabilidade prática. A análise qualitativa complementou essa avaliação ao considerar os comentários fornecidos pelas juízas.

Alterações nos itens foram realizadas quando as sugestões foram julgadas relevantes pela equipe de pesquisa, com o objetivo de aprimorar a qualidade e a adequação.

Considerações éticas

Este projeto integra uma pesquisa maior intitulada "Construção de tarefas para avaliação direta da criança a partir do Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI)". O projeto maior recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de São João del-Rei (CEPSJ) (CAAE 56550322.9.0000.5151 e número de aprovação 6.549.921). Os autores do IDADI autorizaram a realização deste estudo.

Resultados

Construção das tarefas

Foram desenvolvidas 116 tarefas, das quais 61 estavam relacionadas à CLE e 55 à CLR. Ao contrário do IDADI, que tem uma escala de resposta de três pontos, as tarefas foram construídas com um critério dicotômico de pontuação, indicando a presença ou ausência da habilidade. Tal decisão considerou outros instrumentos de avaliação direta da criança existentes. Instruções gerais para a aplicação do instrumento foram elaboradas e compiladas no livro de estímulos. Também foram elaboradas versões preliminares de um protocolo destinado ao registro das respostas de CLR e CLR durante a aplicação.

Análise das Juízas e Realização de Ajustes pela Equipe de Pesquisa

As Tabelas 1 e 2 apresentam exemplos de itens originais, com os respectivos CVC, os comentários das juízas e as alterações realizadas pela equipe de pesquisa para aprimorar os itens. As adaptações obrigatórias nas tarefas foram orientadas pelos critérios quantitativos e também foram levados em consideração os comentários das juízas para ajustes adicionais, mesmo quando o critério mínimo de CVC foi alcançado. A seguir serão detalhadas as principais alterações realizadas no instrumento após análise das especialistas.

Um aspecto recorrente nas avaliações dos dois domínios foi a necessidade de detalhar os procedimentos de aplicação para reduzir interpretações divergentes entre futuros aplicadores. As juízas recomendaram instruções mais específicas sobre o posicionamento do avaliador, os intervalos entre as tentativas e os critérios para interpretar as respostas. Outro aspecto destacado foi a necessidade de adequar a complexidade das tarefas à faixa etária da criança. Para crianças mais novas, as sugestões incluíram a simplificação de comandos e a utilização de estímulos que favorecem uma compreensão mais imediata da resposta do avaliado. Foi sugerido o aumento da complexidade das tarefas, incluindo múltiplas etapas ou a avaliação de conceitos mais abstratos. Ainda, as juízas

sugeriram a introdução de estratégias que favorecessem o engajamento da criança durante a aplicação das tarefas, como o uso de estímulos visuais e comandos interativos.

Outro aspecto recorrente nas avaliações foi a adequação das demandas linguísticas à faixa etária da criança. As juízas recomendaram que tarefas que envolviam o número de palavras emitidas considerassem a densidade vocabular esperada para diferentes idades, como, por exemplo, ajustar para um número maior de palavras em crianças de faixas etárias mais avançadas. Foi sugerida a inclusão de observações mais detalhadas nas sessões, permitindo que o avaliador registre o uso espontâneo de palavras ou frases em situações naturais. Logo, caso a criança demonstre algum comportamento descrito nos itens espontaneamente, o avaliador poderá pontuá-lo.

A análise das contribuições qualitativas das juízas especialistas demonstrou que, as tarefas destinadas à avaliação de habilidades comunicativas em bebês menores de 24 meses, suscitaram o maior número de dúvidas e sugestões. Além disso, as juízas sinalizaram a necessidade de maior detalhamento nos procedimentos de aplicação, como o posicionamento do avaliador, os estímulos utilizados e os comportamentos esperados.

Em relação à avaliação quantitativa, no domínio de CLR, 10 itens (18,2%) dos 55 construídos não atingiram o CVC mínimo estabelecido de 0,80. Todos esses itens foram ajustados conforme as sugestões fornecidas. Nenhum item foi excluído, indicando que todos apresentavam relevância e potencial para compor o instrumento. Entretanto, alguns itens foram revisados para aprimorar os comandos dirigidos à criança, ajustar os estímulos às habilidades avaliadas e redefinir faixas etárias, garantindo maior precisão. As modificações abrangeram ajustes nas instruções, substituição de termos pouco familiares, alterações no tempo de execução e refinamentos técnicos, como a definição da posição da criança e da distância do avaliador.

Ainda, foi sugerido na análise pelas juízas o desmembramento de uma tarefa em duas ou mais, nos casos de itens que avaliavam mais de um construto. Por exemplo, na tarefa que avalia se a criança consegue entender expressões como "o maior" e "o mais forte" as juízas sugeriram que eram avaliadas duas habilidades ao invés de uma, o que poderia comprometer a precisão dos resultados. Assim, os itens foram divididos em duas tarefas, cada uma contemplando um dos conceitos.

Já no que tange ao detalhamento de itens voltados às primeiras faixas etárias, pode-se citar como exemplo a tarefa que avalia se o bebê responde ao ser chamado pelo nome, na qual as juízas destacaram que a versão inicial apresentava instruções genéricas, sem especificar variáveis importantes, como o posicionamento do avaliador e os critérios de resposta. Após a revisão, foi especificado que o avaliador deve se posicionar sempre ao lado direito da criança, a uma distância aproximada de 50 centímetros, utilizando um tom de voz moderadamente elevado, sem gritar, e chamando a criança pelo nome ou apelido, conforme lhe for mais familiar. A tarefa passou a incluir a

observação de comportamentos claros, como o direcionamento do olhar ou o movimento da cabeça, sendo estabelecidos intervalos de 30 segundos entre as tentativas.

Outra tarefa modificada foi a que avalia se o bebê consegue olhar na direção apontada pelo avaliador. Novamente, as juízas fizeram sugestões para adicionar passos mais detalhados a fim de orientar o avaliador sobre como conduzir a interação. A triangulação do olhar foi incluída como procedimento essencial: o avaliador deve olhar para o bebê, depois para o objeto apontado, e retornar o olhar ao bebê, enquanto verbaliza o comando. Além disso, especificou-se o uso de uma bola colorida de tamanho adequado, evitando estímulos visuais que poderiam distrair ou confundir a criança.

A análise dos itens relacionados à CLR apontou que os principais problemas estavam na clareza das instruções e na adequação dos estímulos às capacidades de desenvolvimento infantil. Em várias tarefas, constatou-se que as orientações destinadas aos avaliadores eram insuficientes para assegurar uniformidade na aplicação. Aspectos como o posicionamento do avaliador, o tom de voz utilizado e o tempo de espera entre os comandos não foram descritos de forma clara, o que poderia comprometer a consistência dos resultados. Além disso, foi identificada a necessidade de revisar os estímulos utilizados, como desenhos e comandos, de forma a torná-los mais adequados às diferentes faixas etárias. Essas alterações refletem a complexidade de avaliar habilidades receptivas, especialmente em crianças mais novas, onde as respostas são mais sutis e podem ser facilmente influenciadas por fatores externos. Ao final desse processo de revisão e modificação, um item foi alterado de domínio (por avaliar a linguagem expressiva, ao qual estava mais relacionado), e três novos itens foram construídos (avaliando o entendimento de proporção, relações espaciais e relações de sequência), de modo que o domínio de CLR foi finalizado com um total de 57 itens.

Já no domínio de CLE, na análise quantitativa do CVC, cinco itens (8,2%) dos 61 construídos não alcançaram o valor mínimo estabelecido de 0,80. As juízas destacaram a importância de estabelecer critérios claros para determinar quais respostas da criança deveriam ser consideradas corretas, incluindo orientações sobre a aceitação de erros de pronúncia ou trocas fonéticas e fonológicas, sobretudo nas tarefas que avaliam o repertório verbal e a organização das palavras. Por exemplo, na tarefa destinada a avaliar se a criança consegue pronunciar mais de uma palavra compreensível, as juízas inicialmente consideraram a orientação vaga, especialmente quanto aos critérios para definir “palavra” e à falta de delimitação da complexidade do vocabulário esperado. As especialistas propuseram que fossem incluídos exemplos mais detalhados, como “au-au” para cachorro, “miau” para gato e neologismos comuns, como “abu” para água. A reformulação também definiu que as palavras consideradas deveriam ter significados consistentes para pessoas, objetos ou ações reconhecíveis, mesmo que apresentassem erros fonéticos ou fonológicos.

Nas sugestões, também foi destacada a importância de facilitar a elicitación de respostas em tarefas mais complexas. Por exemplo, em itens que avaliam a capacidade da criança de relatar preferências ou descrever atividades, propôs-se a inclusão de perguntas adicionais que auxiliem na direção da resposta sem comprometer sua espontaneidade. Se a criança fornecesse uma resposta limitada ou incompleta, como “brincar”, o avaliador poderia perguntar: “Por que você gosta de brincar?”. Esse procedimento garante que a tarefa avalie não apenas a emissão de palavras, mas também a capacidade da criança de formular respostas mais elaboradas e contextualizadas.

Alguns itens de CLE apresentaram demandas linguísticas consideradas inadequadas para as faixas etárias propostas, como, por exemplo, a expectativa de produção de um número elevado de palavras ou a construção de narrativas mais complexas do que o esperado para o nível de desenvolvimento das crianças avaliadas. Foi ressaltada, pelas juízas, a necessidade de delimitar com maior clareza os comportamentos esperados, como o que deveria ser considerado uma palavra compreensível, incluindo sons simplificados ou onomatopeias utilizadas por crianças pequenas. Além disso, foi apontada a falta de padronização nas orientações para avaliar respostas espontâneas ou parciais em tarefas que envolvem a descrição de preferências ou o uso de pronomes. Para solucionar essa questão, algumas tarefas foram ajustadas para permitir pontuação por observação em qualquer momento da sessão, sem a necessidade de um procedimento específico. Além disso, incluiu-se no instrumento uma instrução geral orientando que respostas espontâneas emitidas ao longo da sessão também devem ser registradas.

Após a revisão, para o domínio CLE apenas um item foi adicionado, totalizando 62 tarefas. Este item foi advindo do domínio de CLR, conforme relatado. Ele avaliava se a criança dizia corretamente para que servem os objetos, uma habilidade expressiva e não receptiva. Foi sugerida a construção de tarefas de imitação por uma juíza, mas estas já estavam presentes em outro domínio do IDADI-Tarefas, de modo que nenhum novo item foi construído para esse domínio. Para mais, nenhum item foi excluído, totalizando 119 tarefas no final do processo.

Tabela 1

Processo de alteração de itens do domínio comunicação e linguagem expressiva

Item antes análise das juízas	CVC pert.	CVC adeq.	CVC clar.	CVC aplic.	Comentário das juízas	Item pós análise das juízas
Item 2. Objetivo: Avaliar se o bebê, ao ser chamado pelo nome, responde. Aplicação: Se você não observou o comportamento espontaneamente na sessão, chame o bebê pelo nome três vezes com intervalo aproximado de 30 segundos entre cada chamada e avalie se o bebê está dando sinais claros de receptividade, como o olhar na direção de quem o chama e mover a cabeça. Crterios de pontuação: 1 ponto (tarefa realizada na sessão); 0 ponto (tarefa não realizada).	0,92	0,75	0,83	0,92	J1. Responder ao ser chamado pelo nome é uma habilidade que costuma se tornar mais robusta a partir do 6º mês, então, é importante cautela na avaliação de bebês menores (4-5 meses). Além disso, sugiro incluir orientação ao avaliador para que se posicione ao lado da criança quando chamá-la, utilizando volume vocal um pouco mais forte (sem gritar), visto que bebês entre 4-7 meses procuram estímulos sonoros diretamente para os lados, mas não para cima ou para baixo. J2. Acho que deveria ter um percentual de acerto. Chamar 4x, e ele olhar 3 (75%) J3. Aos 4 meses os bebês ainda não precisam virar a cabeça para olhar. Aos 6 meses sim, já fazem todos os pontos de localização sonora	Objetivo: Avaliar se o bebê responde ao ser chamado pelo nome. Aplicação: Posicione-se do lado direito do bebê, a aproximadamente 50 centímetros de distância. Chame o bebê pelo nome ou apelido pelo qual ele é chamado comumente, utilizando um volume vocal um pouco mais forte, mas sem gritar. Observe se ele manifesta sinais claros de receptividade, como olhar em sua direção ou mover a cabeça. Caso não haja reação, repita num intervalo aproximado de 30 segundos. Crterios de pontuação: 1 ponto (demonstra reação clara, girando a cabeça ou olhando quando ouve o nome dele em pelo menos em uma das tentativas); 0 ponto (comportamento não observado).
Item 9. Objetivo: Avaliar se o bebê entende um pedido para uma atividade de rotina social, como mandar tchau ou beijo. Aplicação: Sem demonstrar ou fazer qualquer movimento e gesto, peça ao bebê dar tchau. Caso ele não engaje, solicite que bata palmas e por fim, que ele mande beijo. A resposta a qualquer uma das três tentativas, é considerada engajamento. Crterios de pontuação: 1 ponto (tarefa realizada na sessão); 0 ponto (tarefa não realizada).	1,00	0,92	1,00	1,00	J1. Como se trata de um item que avalia crianças entre 18 e 29 meses, sugiro substituir bebê por criança. Seria mais interessante se o gesto de dar tchau fosse avaliado em uma cena experiencial contingente (ex. ao guardar um brinquedo, solicitar a criança que de tchau) J4. Na instrução de como aplicar o item, não seria melhor colocar "dar tchau e mandar beijo" na frase a seguir - "...como mandar tchau ou beijo".	Objetivo: Avaliar se a criança entende um pedido para uma atividade de rotina social, como dar tchau ou mandar beijo. Aplicação: Sem demonstrar ou fazer qualquer movimento e gesto, peça à criança para dar tchau, dizendo: Vamos dar tchau? Dá tchau para mim. Caso ela não engaje, solicite que ela bata palmas, dizendo: Vamos bater palmas? E por fim, que ela mande beijo: Manda beijo para mim? A resposta a qualquer uma das três tentativas, é considerada engajamento. Crterios de pontuação: 1 ponto (comportamento observado pelo menos uma vez); 0 ponto (recusa / comportamento não observado).

Legenda: J1= Juíza 1; J2 = Juíza 2; J3= Juíza 3; J4= Juíza 4; CVC = Coeficiente de Validade de Conteúdo

Tabela 2*Processo de alteração de itens do domínio comunicação e linguagem expressiva*

Item antes análise das juízas	CVC pert.	CVC adeq.	CVC clar.	CVC aplic.	Comentário das juízas	Item pós análise das juízas
Item 7. Objetivo: Avaliar se a criança consegue falar mais de uma palavra que você consegue entender (arrulho ou balbucio não devem ser considerados). Aplicação: Observação ao longo das outras tarefas se a criança apresenta a habilidade de falar mais de uma palavra. CrITÉRIOS de pontuação: 1 ponto (fala duas palavras ou mais); 0 ponto (fala uma ou nenhuma palavra).	0,83	0,67	0,75	1,00	J1. Importante incluir a definição de palavras. Em torno dos 12 meses e nos meses seguintes, “au au”, “miau”, “vrum-vrum” e até mesmo neologismos, “abu” para a água por exemplo, podem ser consideradas palavras, dependendo da abordagem teórica de base. Além disso, entendo que o instrumento tem uma organização específica, mas a faixa etária desse item está bastante ampla para habilidade que está sendo avaliada de uso de duas ou mais palavras. J2. Vale a pena descrever os critérios de “entender”. O ABFW traz um critério verbal e vocal. Se a palavra tem 75% com mais de sons articuláveis e sincronia com a palavra dita é considerado verbalização. J3. Entre 18 e 24 meses espera-se que o bebê tenha em seu repertório linguístico de 10 a 50 palavras. Rever critério de pontuação. Pontuar 1 a partir de duas palavras é muito pouco. J4. Próximo aos 18 meses, espera-se que a criança possa construir pequenas frases. Seria interessante dividir essa faixa etária para obtenção da pontuação. Por exemplo: faixa etária de 12 a 18 meses pontaria 1 emitisse duas ou mais palavras de forma isolada. Faixa etária de 19 a 23 meses pontuaria um se falasse pequenas frases, como “da papai”, “qué água”.	Esta é uma tarefa de observação Objetivo: Avaliar se a criança consegue falar mais de uma palavra que você consegue entender (arrulho ou balbucio não devem ser considerados). Aplicação: Observação ao longo das outras tarefas se a criança apresenta a habilidade de falar mais de uma palavra. Podem ser consideradas palavras as expressões utilizadas para se referir a pessoas, animais ou objetos, como “auau”, “miau”, “vrum-vrum” ou “bibi”, e até mesmo neologismos, como “mama” para mamãe ou “abu” para “água”, por exemplo. CrITÉRIOS de pontuação: 1 ponto (fala duas palavras ou mais); 0 ponto (recusa / fala uma ou nenhuma palavra).

Construção de um instrumento de avaliação direta da comunicação e linguagem infantil

Item 36.	1,00	1,00	0,92	1,00	J1. Dúvida: "Critérios de pontuação: 1 ponto (diz pelo menos duas características dos objetos); 0 ponto (recusa / diz menos de duas características dos objetos)". São duas características para cada objeto ou duas características no total? Se for no total e a criança caracterizar apenas um objeto (2 vezes), como será pontuado?	Objetivo: Avaliar se a criança descreve características dos objetos ou brinquedos. Aplicação: Apresente para a criança o livro, mostre o desenho do cavalo, e descreva da seguinte forma: O cavalo é marrom e tem quatro patas. Em seguida, pergunte à criança: Como é essa mesa? Aguarde a resposta da criança e se ela disser menos de duas características ou qualidades, pergunte: O que mais? Caso ela não dê uma segunda resposta, siga para a próxima imagem, dizendo: Me fale como é essa árvore? Critérios de pontuação: 1 ponto (diz pelo menos duas características dos objetos); 0 ponto (recusa / diz menos de duas características dos objetos).
						Objetivo: Avaliar se a criança descreve características dos objetos ou brinquedos. Aplicação: Apresente para a criança o livro, mostre o desenho do cavalo, e descreva da seguinte forma: O cavalo é marrom e tem quatro patas. Em seguida, pergunte à criança: Como é essa mesa? Aguarde a resposta da criança e se ela disser menos de duas características ou qualidades, pergunte: O que mais? Caso ela não dê uma segunda resposta, siga para a próxima imagem, dizendo: Me fale como é essa árvore? Critérios de pontuação: 1 ponto (diz pelo menos duas características, podendo ser de um mesmo objeto ou uma de cada objeto); 0 ponto (recusa / diz menos de duas características dos objetos).

Legenda: J1= Juíza 1; J2 = Juíza 2; J3= Juíza 3; J4= Juíza 4; CVC = Coeficiente de Validade de Conteúdo

Discussão

O principal objetivo deste estudo foi a construção das tarefas de avaliação direta da criança a partir do IDADI, com foco nos domínios de CLE e CLR. Foram criadas 119 tarefas (62 para CLE e 57 para CLR) seguindo diretrizes teóricas e metodológicas reconhecidas na literatura sobre construção de instrumentos (AERA et al., 2014; DeVellis, 2016; Pasquali, 2010). Essas diretrizes enfatizam a importância de etapas estruturadas para garantir evidências de validade de conteúdo, que é o foco deste trabalho, mas também evidências de validade e de confiabilidade do instrumento. Esse processo, por ser complexo, exige ajustes e refinamentos contínuos ao longo de sua execução (DeVellis, 2016).

A construção das tarefas se insere dentro das evidências baseadas em conteúdo de um instrumento. Conforme Pasquali (2010), esse processo inclui etapas como a definição teórica do construto, a elaboração dos itens e a validação empírica, que pode ocorrer, dentre outros procedimentos, pela análise de juízes. Inicialmente, é realizada uma delimitação teórica do fenômeno a ser medido, fundamentada em revisão de literatura e teorias consolidadas. Na etapa seguinte, a construção dos itens busca representar o construto de forma clara e precisa, traduzindo-o em tarefas práticas. Essas tarefas, por sua vez, são avaliadas em termos de sua qualidade, por especialistas na área e pela população-alvo. Diretrizes internacionais, como as estabelecidas pela AERA et al. (2014), reforçam a importância de processos criteriosos na construção de instrumentos, bem como a inclusão de múltiplos procedimentos para assegurar a sua qualidade. Essas diretrizes destacam a necessidade de integrar evidências empíricas em cada etapa do desenvolvimento, desde a elaboração dos itens até as análises destinadas a sustentar as interpretações pretendidas dos escores, assegurando que os instrumentos apresentem fundamentos robustos de validade, fidedignidade, precisão e aplicabilidade nos contextos para os quais foram concebidos.

A análise das juízas foi mais um procedimento empírico utilizado para atestar a qualidade da construção dos itens do IDADI-Tarefas. Conforme Morgado et al. (2017), a análise de juízes é uma das etapas mais utilizadas nos estudos de construção, sendo este também o mais indicado para ajustar itens. Isso advém do fato de que, nesta etapa, os participantes podem sugerir feedbacks construtivos sobre a qualidade e a relevância dos itens e contribuir para a identificação de possíveis ambiguidades ou falhas (Roebianto et al., 2023). Neste estudo, todas as tarefas criadas foram mantidas após análise das especialistas, ainda que com adaptações. A experiência das juízas, com formação técnica e teórica na área de comunicação e linguagem, foi um ponto chave, garantindo que o instrumento se torne adequado tanto em conteúdo quanto na sua aplicação prática.

As juízas realizaram uma avaliação detalhada das tarefas, fazendo várias considerações, expressas tanto nas apreciações quantitativas (CVC), quanto nas qualitativas em forma de comentários. Essa etapa demonstra que, mesmo com um referencial teórico rigoroso no processo de

construção, outras etapas são necessárias para uma revisão ampla. Alterações subsequentes nos itens foram realizadas pela equipe de pesquisa quando as sugestões foram julgadas relevantes, com o objetivo de aprimorar a qualidade e adequação das tarefas. Nenhuma tarefa foi excluída, o que evidencia a relevância inicial dos itens propostos. Ainda assim, os itens que tiveram um CVC menor que 0,80 foram ajustados com base nas orientações das juízas, garantindo sua inclusão na versão final. A decisão de alterar todas as tarefas com desajuste foi tomada devido à pertinência de cada uma delas, e as alterações feitas tiveram a pretensão de torná-las claras para os aplicadores e relevante para o construto avaliado visando aumentar a probabilidade de que os respondentes futuros do IDADI-Tarefas compreendam e interpretem a tarefa corretamente. Alterações como a simplificação de comandos, uso de exemplos mais claros e a especificação de procedimentos de aplicação permitiram refinar o instrumento, assegurando maior precisão. Essa abordagem é consistente com as indicações da literatura (DeVellis, 2006; Morgado et al., 2017; Roebianto et al., 2023).

Os resultados da avaliação das juízas indicaram a necessidade de ajustes mais abrangentes nas tarefas direcionadas aos bebês de até 24 meses. Esse achado pode estar relacionado às particularidades do desenvolvimento infantil nessa faixa etária, caracterizada por respostas mais sutis e comportamentos menos previsíveis, o que dificulta a padronização e a interpretação dos dados coletados. As habilidades sociocomunicativas dos bebês se reconfiguram a cada nova idade (Verdon et al., 2018), evidenciando a complexidade de estabelecer parâmetros fixos para avaliação nesse período. Essas considerações reforçam a importância de instrumentos de avaliação sensíveis ao desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida, assegurando maior validade e confiabilidade nos processos avaliativos.

Além disso, a introdução de comandos mais diretos e concretos para crianças pequenas, assim como estímulos ajustados às diferentes faixas etárias, reforçou as particularidades e diferenças no desenvolvimento infantil, especialmente na primeira infância. Considerando os primeiros anos, uma fase de intenso desenvolvimento (Marzola et al., 2023), as crianças apresentam habilidades muito diversas entre os diferentes períodos, o que exige cautela dos pesquisadores ao padronizar instrumentos delineados para essa faixa etária. As alterações abrangentes e as particularidades de cada idade podem explicar, em parte, a escassez de instrumentos de avaliação para bebês no contexto brasileiro, devido à dificuldade de operacionalização e ao alto investimento de pesquisa necessário nessa área. A adaptação dos estímulos e a inclusão de respostas mais espontâneas dos bebês como parâmetros de avaliação promoveram maior representatividade das habilidades avaliadas.

Compreende-se que as recomendações das juízas, que envolvem especificações sobre o posicionamento do avaliador, os intervalos entre as tentativas e os critérios de interpretação das respostas, foram fundamentais para assegurar que o processo de avaliação fosse conduzido de

maneira padronizada e confiável. Tal resultado evidencia a importância de revisar não apenas os itens, mas também os critérios de pontuação e análise, de modo a garantir que as tarefas sejam acessíveis, funcionais e alinhadas às habilidades expressivas típicas de cada faixa etária. Esse resultado também destaca a importância de fornecer diretrizes claras e detalhadas para os avaliadores, a fim de minimizar a variabilidade na aplicação das tarefas e garantir maior consistência nas interpretações das respostas (Almanasreh et al., 2019). O posicionamento adequado do avaliador, por exemplo, pode afetar a interação com a criança e influenciar a qualidade da resposta, especialmente em tarefas que dependem de respostas verbais ou não-verbais. Já os intervalos entre as tentativas são essenciais para garantir que a criança tenha tempo suficiente para processar as informações, mas não sejam longos a ponto de prejudicar a adesão e a exequibilidade da avaliação, permitindo ainda que ela responda de modo espontâneo, sem pressa ou pressão. Por fim, a definição clara de critérios para pontuar as respostas é crucial para evitar subjetividades que possam comprometer a validade dos resultados, assegurando que a avaliação seja mais precisa e representativa das habilidades da criança, o que tem relação direta com a padronização do instrumento (Almanasreh et al., 2019).

As sugestões das juízas indicaram também a necessidade de maior clareza sobre o que seria aceito como resposta para pontuar a tarefa, especialmente no que diz respeito à consideração da qualidade da fala e aos erros fonéticos e fonológicos. As especialistas sugeriram, ainda, a inclusão de exemplos práticos para ilustrar esses aspectos e tornar os critérios de pontuação mais precisos. A inclusão de onomatopeias e formas de pronúncia singulares foi proposta, com o objetivo de refletir as particularidades linguísticas de acordo com a idade e garantir que as tarefas sejam mais representativas do repertório comunicativo da criança brasileira. Esses ajustes são consistentes com a literatura que enfatiza a importância de considerar o contexto cultural e social no desenvolvimento da linguagem infantil. Rowe e Weisleder (2020) destacam que o desenvolvimento da linguagem é profundamente influenciado pelo ambiente social e cultural. Sendo assim, é essencial que instrumentos de avaliação desses construtos levem em conta essas influências para que a mensuração das habilidades seja válida e significativa.

Além disso, a literatura sobre a adaptação de instrumentos de medida ressalta os desafios enfrentados quando instrumentos elaborados em contextos culturais diferentes são aplicados em novas populações sem as devidas adaptações (AERA et al, 2014; International Test Commission [ITC], 2017). A aplicação de instrumentos estrangeiros sem considerar as especificidades culturais e linguísticas locais pode comprometer a validade dos resultados e gerar interpretações equivocadas, especialmente em tarefas que avaliam habilidades de comunicação expressiva e receptiva, como no caso deste estudo. A adaptação de instrumentos ao contexto brasileiro, garantindo que reflitam as características linguísticas e culturais da população, pode ser mais desafiadora. Isso se deve ao fato de

que, ao adaptar um instrumento, o pesquisador deverá considerar nuances culturais, expressões idiomáticas e contextos sociais que podem influenciar a interpretação e a relevância dos itens do instrumento. Sabe-se que nem sempre se pode fazer uma alteração substancial nos itens de um teste estrangeiro, sob o risco de alterar drasticamente seu conteúdo. Contudo, especialmente na avaliação da comunicação e linguagem, variações do idioma e contexto são cruciais para captar as habilidades avaliadas. Além disso, a diversidade cultural e linguística do Brasil, com suas variações regionais, pode complicar ainda mais o processo de adaptação (Cruchinho et al., 2024). Assim, o IDADI-Tarefas representa um avanço metodológico ao integrar aspectos culturais e linguísticos desde sua concepção, evitando limitações associadas a instrumentos desenvolvidos em outros países. A construção do instrumento alinhada ao contexto brasileiro assegura maior validade, confiabilidade e aplicabilidade prática, promovendo uma avaliação mais precisa das habilidades receptivas e expressivas em crianças. Essa abordagem contribui significativamente para reduzir deturpações nas medidas, frequentemente associadas a vieses contextuais, e para oferecer interpretações mais robustas e culturalmente relevantes (Morgado et al., 2017).

Assim, esse estudo se configura como parte de uma pesquisa maior, e teve como objetivo relatar sistematicamente a construção das tarefas do IDADI-Tarefas relacionadas ao CLE e CLR, assim como apresentar um primeiro conjunto de evidências de validade de conteúdo, etapa fundamental no desenvolvimento de instrumentos avaliativos robustos. Como continuidade desse processo, estão previstas análises semânticas que serão realizadas com profissionais de diferentes regiões do Brasil, para assegurar clareza, adequação linguística e abrangência cultural dos itens. Além disso, serão realizadas aplicações experimentais por especialistas de múltiplas áreas, como psicologia, pedagogia, terapia ocupacional e fonoaudiologia, visando verificar a funcionalidade prática das tarefas. Por fim, posteriormente, estudos de evidências de validade, fidedignidade e normatização serão conduzidos, sendo esses fundamentais para a etapa final de construção e aperfeiçoamento do instrumento.

Embora o presente estudo tenha apresentado contribuições relevantes, algumas limitações precisam ser consideradas. O número de juízas, apenas quatro, pode ter limitado a diversidade de perspectivas no processo de validação. Apesar da expertise das fonoaudiólogas participantes, a ausência de outras perspectivas interdisciplinares como de psicólogos, linguistas e educadores, bem como de representantes de diferentes regiões do país, restringe a amplitude da análise de conteúdo das tarefas. Pretende-se que as alterações feitas em estudos futuros, após a análise semântica e de aplicabilidade por outros profissionais de diversas regiões do Brasil, auxiliem na modificação de alguns itens, reduzindo essa limitação.

Além disso, a ausência de um estudo piloto com a população-alvo é outra limitação da pesquisa atual. Devido a restrições de tempo e recursos, o estudo piloto não pode ser realizado neste

estudo, mas experiências prévias do grupo de pesquisa indicam que ele tende a gerar alterações importantes no instrumento, como ajustes nas instruções, estímulos e faixas etárias. Em uma dissertação de mestrado (Souza, 2025), foi evidenciada a importância da inclusão de uma escala de resposta de três pontos nas tarefas do domínio cognitivo, que permite captar nuances na qualidade do desempenho da criança, além da simples dicotomia entre presença e ausência das habilidades. Esses achados reforçam a necessidade de realizar o piloto para validar a adequação das tarefas de comunicação e linguagem e identificar potenciais melhorias. Assim, estudos futuros devem priorizar essa etapa para garantir maior precisão e abrangência no uso do instrumento.

Aquém dessas limitações, acredita-se que o IDADI-Tarefas pode se consolidar como um instrumento inovador e promissor para a avaliação das habilidades de comunicação e linguagem infantil, destacando-se pela abordagem direta e pela sensibilidade em captar nuances do desenvolvimento expressivo e receptivo na primeira infância. Ao permitir a identificação precoce de dificuldades e a elaboração de intervenções direcionadas, o instrumento poderá se apresentar como um recurso valioso tanto para profissionais que atuam em contextos clínicos e educacionais, quanto para pesquisadores. Além disso, a possibilidade do IDADI-Tarefas de mensurar habilidades específicas em diferentes faixas etárias por profissionais contribui para a promoção de práticas sustentadas empiricamente e para o fortalecimento do suporte ao desenvolvimento infantil. A avaliação direta é uma complementação importante da perspectiva parental já avaliada pelo IDADI em seu formato de inventário. Assim, espera-se que, no futuro, o instrumento possa ser usado para demandas de avaliação, mas também no planejamento de intervenções promotoras do desenvolvimento infantil.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi adaptar e buscar evidências de validade da versão brasileira do KGE. Pode-se admitir que as decisões metodológicas foram adequadas para atender a esse objetivo, dado que os resultados apontaram para a manutenção da estrutura fatorial da escala original, com redução do número de itens.

O KGE-Br é uma medida de autorrelato. Sabe-se que a busca por obter respostas sobre os eventos privados do indivíduo pode sofrer influência de vieses, pela não correspondência entre as respostas e a realidade, constituindo como um limitador. Entretanto, esse tipo de medida é muito utilizado em pesquisas de ciências humanas e sociais, com resultados satisfatórios, sendo de baixo custo e facilmente aplicável (Boyatzis, 2019).

Outras limitações são as características da amostra, composta exclusivamente por mulheres. No entanto, é preciso reconhecer que se trata de uma população mais suscetível à inequidade de gênero, que pode vir a se beneficiar com intervenções que visem reduzi-la no ambiente de trabalho (Bartual-Figueiras et al., 2018). A maioria das respondentes se declararam brancas, não sendo de fato

representativas da população brasileira, além de estarem concentradas na região sudeste, contexto cultural com experiências diferenciadas de outras regiões do país que pode ter influenciado nas respostas.

Ao admitir que quanto mais evidências, maior a garantia de validade e fidedignidade de um instrumento, sugere-se que estudos futuros procedam uma análise fatorial confirmatória de sua estrutura (Silva, 2021). Além disso, seria recomendável testar em amostras que abarquem a diversidade de experiências femininas no território nacional e com maior número de participantes. Necessita-se avançar em teste de modelos para avaliar seus efeitos diretos ou indiretos em outras variáveis de relevância para questões de gênero no ambiente de trabalho.

Em síntese, os dois estudos relatados neste artigo oferecem indícios da qualidade psicométrica do KGE-Br em medir a consciência social das inequidades de gênero no trabalho. O reconhecimento dessas inequidades por mulheres possibilita trilhar caminhos alternativos para combater políticas organizacionais que acirram as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho. Nesse contexto, intervenções que utilizem o KGE-Br como ferramenta de medição pré e pós-teste na área educacional e organizacional tornam-se promissoras.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, K. A. de, & Cunha, A. C. B. da. (2020). New trends in instruments for child development screening in brazil: a systematic review. *Journal of Human Growth and Development*, 30(2), 188–196. <https://doi.org/10.7322/jhgd.v30.10366>
- Alexandre, N. M. C., & Coluci, M. Z. O. (2011). Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 3061-3068. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>
- Almanasreh, E., Moles, R., & Chen, T. F. (2019). Evaluation of methods used for estimating content validity. *Research in social & administrative pharmacy*, 15(2), 214–221. <https://doi.org/10.1016/j.sapharm.2018.03.066>
- American Educational Research Association (AERA), American Psychological Association (APA), & National Council on Measurement in Education (NCME). (2014). *Standards for educational and psychological testing*. American Educational Research Association.
- American Psychiatric Association. (2022). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed., text rev.). American Psychiatric Publishing.
- Bayley, N. (2018). *Escala Bayley de desenvolvimento do bebê e da criança pequena, Terceira Edição - Bayley III*. Pearson.
- Contandriopoulos, A. P., Champagne, F., Potvin, L., Denis, J. L., & Boyle, P. (1994). *Saber preparar uma pesquisa: definição estrutura financiamento*. Hucitec.

- Cruchinho, P., López-Franco, M. D., Capelas, M. L., Almeida, S., Bennett, P. M., Miranda da Silva, M., Teixeira, G., Nunes, E., Lucas, P., Gaspar, F., & Handovers4SafeCare (2024). Translation, Cross-Cultural Adaptation, and Validation of Measurement Instruments: A Practical Guideline for Novice Researchers. *Journal of Multidisciplinary Healthcare*, 17, 2701–2728. <https://doi.org/10.2147/JMDH.S419714>
- DeVellis, R. F. (2016). *Scale development: Theory and applications* (4^a ed.). Sage Publications, Inc
- Frankenburg, W. K., Dodds, J. B., Archer, P., Bresnick, B., Maschka, P., Edelman, N., & Shapiro, H. (2018). *DENVER II – Teste de Triagem do Desenvolvimento*. Hogrefe.
- Hernández-Nieto, R. A. (2002). *Contributions to statistical analysis*. Universidad de Los Andes.
- International Test Commission. (2017). *The ITC Guidelines for Translating and Adapting Testes*. <https://www.intestcom.org/>
- Lipkin, P. H., Macias, M. M., & Council on Children with Disabilities, Section on Developmental and Behavioral Pediatrics. (2020). Promoting optimal development: Identifying infants and young children with developmental disorders through developmental surveillance and screening. *Pediatrics*, 145(1), e20193449. <https://doi.org/10.1542/peds.2019-3449>
- Madaschi, V., Mecca, T. P., Macedo, E. C., & Paula, C. S. (2016). Bayley-III scales of infant and toddler development: Transcultural adaptation and psychometric properties. *Paidéia*, 26(64), 189–197. <https://doi.org/10.1590/1982-43272664201606>
- Marzola, P., Melzer, T., Pavesi, E., Gil-Mohapel, J., & Brocardo, P. S. (2023). Exploring the Role of Neuroplasticity in Development, Aging, and Neurodegeneration. *Brain Sciences*, 13(12), 1610. <https://doi.org/10.3390/brainsci13121610>
- Miller, L. E., Perkins, K. A., Dai, Y. G., & Fein, D. A. (2017). Comparison of parent report and direct assessment of child skills in toddlers. *Research in autism spectrum disorders*, 41, 57-65. <https://doi:10.1016/j.rasd.2017.08.002>.
- Morgado, F. F. R., Meireles, J. F. F., Neves, C. M., Amaral, A. C. S., & Ferreira, M. E. C. (2017). Scale development: ten main limitations and recommendations to improve future research practices. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 30(3), 1. <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0057-1>.
- Pasquali, L. (2010). *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*. Artmed.
- Roebianto, A., Savitri, S. I., Aulia, I., Suciya, A., & Mubarakah, L. (2023). Content validity: Definition and procedure of content validation in psychological research. *Testing, Psychometrics, Methodology in Applied Psychology*, 30(1), 5-18. <https://doi.org/10.4473/TPM30.1.1>
- Rowe, M. L., & Weisleder, A. (2020). Language development in context. *Annual Review of Developmental Psychology*, 2(1), 201–223. <https://doi.org/10.1146/annurev-devpsych-042220-121816>

- Silva, M. A. (2020). *Inventário dimensional de avaliação do desenvolvimento infantil: Normas, estudo de comparação e versão breve*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). LUME. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/219132>.
- Silva, M. A., de Mendonça Filho, E. J., & Bandeira, D. R. (2020). *Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI) - Manual Técnico*. Vetor Editora.
- Verdon, S., Mackenzie, N., McLeod, S., Davidson, C., Masso, S., Verdon, L., & Edwards-Grove, C. (2018). *Assessment of children as effective communicators in early childhood education and care: Literature review*. Victorian Curriculum and Assessment Authority.
- Zeppone, S. C., Volpon, L. C., & Del Ciampo, L. A. (2012). Monitoramento do desenvolvimento infantil realizado no Brasil. *Revista Paulista de Pediatria*, 30(4), 594–599. <https://doi.org/10.1590/S0103-05822012000400019>.